

## Relato da 155ª Reunião do Plenário

No dia 22 de julho de 2024, pelas 14h00, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima quinquagésima quinta sessão plenária<sup>1</sup>, com a seguinte ordem de trabalhos:

**14h00** Tomada de posse de novos conselheiros

**14h30**

1. Intervenções
  - Ministro da Educação, Ciência e Inovação  
Prof. Doutor *Fernando Alexandre*
  - Secretário de Estado Adjunto e da Educação  
Dr. *Alexandre Homem Cristo*
  - Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa  
Dr. *Pedro Dantas da Cunha*
2. Diálogo com os membros do CNE
3. Aprovação da proposta de relato da 154ª sessão plenária
4. Informações
5. Outros assuntos

O presidente, Domingos Fernandes, iniciou os trabalhos, dando posse à conselheira Filipa Maria Gonçalves Pinto, em representação do grupo parlamentar do Livre e ao conselheiro Pedro João Fernandes Longo, em representação do Conselho Nacional da Juventude.

Dando as boas-vindas aos novos conselheiros, o presidente entrou no ponto um da ordem de trabalhos. Começou por agradecer a presença do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, do Secretário de Estado Adjunto e da Educação e do Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, referindo ser muito importante ouvir as suas intervenções relativamente às políticas públicas de educação que se perspetivam e disponibilizando-se para que o CNE continue a contribuir positivamente para o desenvolvimento e a melhoria da educação no nosso país, sublinhando a natureza plural do conselho e a sua matriz de participação social nas políticas educativas.

O Ministro da Educação, Ciência e Inovação iniciou a sua intervenção, agradecendo o convite e mencionando a relevância de pensar as políticas públicas de educação, bem como a importância do trabalho do CNE e dos seus estudos, que em muito contribuem para este pensamento, como órgão consultivo no que concerne ao desenvolvimento das referidas políticas públicas. Evidenciou a educação como uma matriz que decorre desde a creche até ao fim da vida e que, por isso mesmo, é determinante para o desenvolvimento humano, patente na existência de um único ministério responsável por toda a educação. Salientou, então, algumas das questões fundamentais para esta equipa governativa tal como os principais princípios da política pública nesta área, que têm como objetivo garantir a educação de qualidade para todos. Assim, foram destacadas a universalização do acesso à creche e à educação pré-escolar; o problema dos alunos sem aulas, devido à carência de professores, para o qual foi recentemente definido e tornado público um plano; o aumento da população estudantil, o que definiu como um problema bom, mas que impõe uma gestão adequada; a valorização da autonomia das escolas; o aumento de alunos migrantes, que constitui um desafio e para o qual é absolutamente essencial garantir o sucesso e as questões referentes à carreira dos

---

<sup>1</sup> A gravação integral da reunião encontra-se no arquivo do CNE.

docentes e à sua valorização. No domínio do ensino superior, referiu a importância da autonomia e do papel das Instituições de Ensino Superior (IES), revelando que está a ser preparada legislação que visa garantir que as mudanças legislativas com impacto orçamental têm atualização automática, para não afetar os projetos das IES. Estão igualmente em curso mudanças graduais no que diz respeito à dimensão legislativa do ensino superior, nomeadamente a proposta de carreira de investigação científica e a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior. A sua intervenção foi concluída apelando ao CNE para que continue a desenvolver um trabalho como parceiro de enorme importância para a definição de políticas públicas que visam a educação com qualidade para todos.

Em seguida, teve lugar a intervenção do Secretário de Estado Adjunto e da Educação que começou por agradecer o convite e sublinhar a relevância e a pluralidade do CNE. Seguidamente, fez referência à agenda para a educação, acentuando os seguintes aspetos: os alunos estrangeiros carecem de um apoio especial, pelo que se torna necessário ter mais capacidade de resposta; a existência de um plano de aprendizagens e não já de “recuperação de aprendizagens”, porque a aprendizagem tem de ser um contínuo, ainda que com abordagens diferenciadas; as mudanças na avaliação externa, já publicamente apresentadas, que passa para o final dos ciclos sem divulgar os enunciados das provas, o que permitirá uma monitorização da aprendizagem por comparação, para se perceber o que funciona melhor e em que circunstâncias. Além disso, informou que vai ser mantido o compromisso com a avaliação digital, embora garantindo que os alunos sejam previamente familiarizados com as tecnologias a utilizar. Finalmente, referiu dois acontecimentos que podem melhorar e colocar o ensino profissional na linha da frente, por um lado, o esforço coletivo, relativamente aos Centros Tecnológicos Especializados (CTE), elevando a sua qualidade e exigência e tendo como meta 365 CTE e, por outro lado, a revisão do catálogo de qualificações. Isto, tendo também em vista o compromisso de o país ter 55% dos alunos em ofertas profissionalmente qualificantes. Deixou ainda duas últimas notas, uma para a educação e formação de adultos, referindo que a população ativa e a população idosa são as que se revelam menos qualificadas e outra para a educação inclusiva, relativamente à qual anunciou uma futura avaliação, de forma participada e dialogante, visando-se a melhoria desta área.

Tomou, então, a palavra o Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, que agradeceu o convite e reforçou a importância do CNE e do seu empenhamento e reflexão, no sentido de uma educação de qualidade. Referiu, de seguida, sete desafios assentes nas três seguintes prioridades: em primeiro lugar a ambição, nos processos e nos resultados, seguida pela liberdade, dos alunos, dos professores, dos diretores e dos encarregados de educação e, por último, a equidade, problema já há muito debatido e que não tem a ver apenas com os alunos migrantes, mas para o qual é necessário o reforço de medidas. Entre os sete desafios enumerados constaram: a valorização da carreira dos professores, que passa por uma reorganização com transparência e previsibilidade; o problema dos alunos sem aulas, para o qual foram já apresentadas quinze medidas de emergência e um conjunto de aspetos relativos ao pessoal não docente, visto que é o setor menos regulamentado, para o qual é preciso definir o perfil profissional e as carreiras. Torna-se também necessário definir as necessidades de técnicos. Um outro desafio apontado foi a universalização da educação pré-escolar, pois faltam salas e existem municípios em situação crítica, pelo que têm de ser encontradas soluções para esta questão. Finalmente, foram referidos como aspetos desafiantes a organização e a gestão das escolas, pretendendo-se desenhar um modelo com mais autonomia financeira e pedagógica; a necessidade de desburocratização, as escolas serão a fonte primária de dados, e a formação inicial e contínua de docentes, relativamente à qual se tem percecionado um impasse. Concluiu a sua intervenção enunciando alguns aspetos sobre este último desafio, nomeadamente sobre o perfil que se pretende para os professores, a questão da autonomia das IES na formação de docentes e o reforço do papel do professor cooperante.

Entrando no ponto dois da ordem de trabalhos, seguiu-se um momento de comentários e de perguntas por parte dos conselheiros. O diálogo, muito participado, contou com as intervenções das conselheiras Ângela Lemos; Cristina Agreira, Filipa Pinto, Helena Albuquerque, Laura Rodrigues e Maria Calado e dos conselheiros António Almeida-Dias, António Neto Mendes, David Rodrigues, Fernando Almeida, Fernando Magalhães, Joel Rodrigues, Jorge Ascensão, Jorge Gonçalves, José Carvalho, José Luís Presa, Luís Ribeiro, Manuel Porto, Paulo Jorge Ferreira e Rodrigo Queiroz e Melo. Após agradecimentos pela oportunidade de obter informações em direto sobre as prioridades do governo na educação, os temas da educação inclusiva, da carreira dos docentes, da segurança nas escolas, da falta de professores, da relação das políticas da educação com a cultura, do ensino superior, da liberdade e orientação das escolhas dos alunos foram os maioritariamente abordados pelos intervenientes.

Em vários momentos, ao longo do debate, os três membros da equipa governativa responderam às questões e aos temas propostos para reflexão, evidenciando aspetos como o funcionamento do ensino superior, o posicionamento na carreira docente nos vários níveis; as medidas para ultrapassar o problema de alunos sem aulas; a formação inicial e contínua nomeadamente no que diz respeito a uma aproximação entre os Centros de Formação de Associação de Escolas e as Associações de Professores e Sociedades Científicas; a atratividade e qualidade do ensino profissional, garantindo a liberdade de escolha aos alunos de acordo com modelos de orientação, importantes em todas as ofertas do ensino secundário, abrindo-se aqui a possibilidade de um projeto piloto para 2024/2025 no sentido de possibilitar que os alunos frequentem uma oferta e incluam disciplinas de outra no seu plano; a avaliação da educação inclusiva, que será objeto de concurso internacional; o reforço da prevenção da violência nas escolas e espaços limítrofes; o objetivo de responder aos problemas estruturais e a importância da monitorização baseada em informação viável.

Concluído o diálogo, o presidente do CNE congratulou-se com a participação informada e diversificada das intervenções e questões colocadas pelos conselheiros e com a disponibilidade e abertura da equipa governativa para dar respostas concretas. Agradeceu, mais uma vez, a presença e a disponibilidade da equipa governativa. Concluiu a sua intervenção, afirmando que é um ânimo para o CNE desenvolver uma ação como esta, contribuindo para um trabalho conjunto e oferecendo uma visão prospetiva para a concretização de uma educação de qualidade.

No ponto três da ordem de trabalhos foram sugeridas apenas duas alterações pontuais no relato da centésima quinquagésima quarta sessão plenária. O relato foi aprovado por unanimidade.

No que diz respeito ao ponto quatro da ordem de trabalhos, devido ao adiantado da hora e a não existirem informações urgentes, o presidente propôs que as informações fossem transmitidas na próxima sessão plenária, a ter lugar no mês de setembro.

Não havendo mais assuntos a tratar, o presidente agradeceu a presença e o contributo de todos e deu por terminada esta reunião, pelas dezassete horas e quarenta e cinco minutos.